



**Universidade de Brasília
Faculdade UNB Planaltina - FUP
Licenciatura em Educação do Campo - LEdoC**

**LUTA PELA EDUCAÇÃO NO ACAMPAMENTO E NO
ASSENTAMENTO VALE DA ESPERANÇA**

CRISTINA PEREIRA BATISTA

Planaltina - DF
DEZEMBRO DE 2013

CRISTINA PEREIRA BATISTA

**LUTA PELA EDUCAÇÃO NO ACAMPAMENTO E NO
ASSENTAMENTO VALE DA ESPERANÇA**

Monografia apresentada ao Curso de Licenciatura em Educação do Campo da Universidade de Brasília, como requisito parcial para a obtenção ao título de licenciada em Educação do Campo, com habilitação na área de Linguagens.

Orientadores: Profa. Dra. Laís
Prof. Dr. João Batista Pereira de Queiroz

Planaltina - DF
DEZEMBRO DE 2013

CRISTINA PEREIRA BATISTA

**LUTA PELA EDUCAÇÃO NO ACAMPAMENTO E NO
ASSENTAMENTO VALE DA ESPERANÇA**

Monografia apresentada ao Curso de Licenciatura em Educação do Campo da Universidade de Brasília, como requisito parcial para a obtenção ao título de licenciada em Educação do Campo, com habilitação na área de Linguagens.

Aprovada em ____/____/2013

BANCA EXAMINADORA

Prof. Dr. João Batista Pereira de Queiroz (UnB/FUP) - Orientador

Prof. Dra. Eliete Ávila Wolff (UnB/FUP) – Membro interno

Profº. Drº Jair Reck (UnB/FUP) – Membro interno

Eu dedico este trabalho para meu
companheiro Lexandro, por ter me
acompanhado em momentos difíceis
e momentos felizes de nossas vidas.

AGRADECIMENTOS

À minha família, pela dedicação e apoio que me proporcionou na conquista deste trabalho.

Aos meus colegas do Curso de Licenciatura em Educação do Campo, em especial as Dandaras, na convivência durante esse longo percurso.

A todos os meus inesquecíveis professores e professoras do Curso de Licenciatura em Educação do Campo. A cada um de vocês o meu agradecimento e reconhecimento pelas lutas e conquistas da LEdoC.

A minha amiga Angélica Gonçalves, pela força nos momentos tristes e felizes, sempre esteve ao meu lado.

Aos colaboradores desta pesquisa que permitiram a sua realização: Santana Onofre de Paiva e Herbert Anton Wasen.

Aos meus orientadores Laís Mourão e João Batista. Por sua colaboração na construção deste trabalho, bem como em mais um processo de formação.

Muito obrigada.

RESUMO

A luta pela terra é um importante desafio na reforma agrária, os assentamentos rurais brasileiros são frutos de intensas lutas pela reforma agrária promovida pelos trabalhadores rurais, à luta pela educação, saúde, créditos, moradia e outros caminham junto, para que se concretize a reforma agrária no Brasil. Este trabalho tem como objetivo resgatar a memória de luta pela educação no Assentamento Vale da Esperança, no município de Formosa, Estado de Goiás. Espero com a pesquisa, contribuir para formação de jovens do campo e no processo pedagógico dos educadores, fazendo com que a relação escola e comunidade se internalizem. A base teórica da pesquisa é formada por um breve estudo sobre a Educação do Campo, pois, o mesmo se localiza no meio rural. A metodologia utilizada envolveu a revisão bibliográfica, análise do Projeto Político Pedagógico da escola, Atas das associações, registros feito por moradores. Portanto com a realização deste trabalho, percebo inúmeros desafios que houve durante a luta e conquista pela educação no Assentamento Vale da Esperança. Entre esses desafios que a escola e a comunidade passam, são decorrentes de alguns fatores, que são: os fatores políticos, pedagógicos e sociais. O maior desafio é organizar grupos de estudo para discutir métodos sobre educação do campo, para que o assentamento e a escola tenham conhecimento dos direitos em relação à Educação do Campo.

Palavras-chave: Educação do Campo, Luta pela Terra, Assentamento.

ABSTRACT

The struggle for land is a major challenge in the agrarian reform, the Brazilian rural settlements are the result of intense struggles for agrarian reform promoted by rural workers, the struggle for education, health, credit, housing, and others walk along to the materialization of the land reform in Brazil. This paper AIMS to reclaim the memory of the struggle for education in the Settlement of Hope Valley, in the municipality of Formosa, Goiás State I hope to research, Contribute to the formation of rural youth and educators in the pedagogical process, Causing respect the school and community to internalize. The theoretical basis of the research Consists of a brief study on Rural Education, Therefore, the same is located in the countryside. The methodology Involved the literature review, analysis of Pedagogical Political School Project, Proceedings of the associations, records done by locals. So with this work, I realize there were many challenges During the struggle and conquest by education Settlement in Vale of Hope. Among the challenges the school and the community are, are due to some factors, Which are: political , educational and social factors. The biggest challenge is to organize study groups to discuss methods on rural education, so that the settlement and the school are aware of the law in relation to the Field Education.

Keywords: Field Education, Fight for Land, Settlement.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	09
CAPÍTULO I - EDUCAÇÃO DO CAMPO.....	11
1.1. Educação Rural.....	11
1.2. Direito a Educação.....	12
1.3. A Escola do Trabalho.....	13
1.4. Educação do Campo	15
CAPÍTULO II - LUTA PELA TERRA.....	18
2.1. Acampamento.....	19
2.2. Assentamento Rural.....	22
2.3. A Luta pela Terra no Município de Formosa.....	21
2.4. A Conquista da Terra no Assentamento Vale da Esperança.....	22
CAPÍTULO III - CONSTRUINDO A ESCOLA DO CAMPO NO ASSENTAMENTO VALE DA ESPERANÇA.....	27
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	31
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	33
ANEXOS.....	35

INTRODUÇÃO

Este trabalho tem como objetivo geral resgatar a memória de luta pela educação no Assentamento Vale da Esperança, no município de Formosa, Estado de Goiás e os objetivos específicos são os seguintes: registrar a memória dos moradores do assentamento sobre a luta pela escola; registrar a memória dos professores que fizeram parte da luta pela escola; registrar a experiência vivida pela pesquisadora no processo educativo da escola.

Desse rico processo de luta pela terra e pela Escola do Campo eu fiz parte durante alguns anos, tendo início quando minha família resolveu morar no Assentamento Vale da Esperança no ano de 2000. Minha relação com a escola começou quando fui estudar na 5ª série do Ensino Fundamental. Logo no início me deparei com situações que não tinha vivenciado em outros momentos na minha vida escolar. A escola tinha como princípio, o trabalho educativo no processo de formação de sujeitos do campo.

Espera-se que a pesquisa contribua para formação de jovens do campo e no processo pedagógico dos educadores, fazendo com que a relação escola e comunidade se internalizem.

O Assentamento Vale da Esperança teve início por volta de 1996 quando um grupo de trabalhadores organizado pelo movimento social e sindical decidiu ocupar um latifúndio improdutivo. O objetivo era lutar reforma agrária, na conquista da moradia digna e cultivar a terra para sua sobrevivência de forma sustentável.

A luta pela educação teve início quando as famílias se mobilizaram para que seus filhos tivessem o direito à educação. Nesse contexto veio um grande esforço para que concretizar esse direito. Foi preciso escolher o local para que fosse construída a Escola, pois, os assentados estavam organizados em dois grupos: um grupo ligado ao Movimento dos Trabalhadores Sem Terra (MST) e outro ligado ao Sindicato dos Trabalhadores Rurais (STR).

Este trabalho está estruturado em três capítulos. O primeiro capítulo tem como objetivo apresentar alguns aspectos da Educação do Campo, fazendo um breve resumo da Educação Rural e enfatizando o direito à Educação e a Escola do Trabalho, tendo em vista que esses textos são fundamentais para compreensão da Educação do Campo.

No segundo capítulo serão abordados os problemas e as dificuldades da luta e permanência na terra, com enfoque na conquista do Assentamento Vale da Esperança.

E no terceiro capítulo será realizada uma contextualização do processo de luta pela educação no Assentamento Vale da Esperança, desde o início das lutas até a conquista da escola.

A metodologia utilizada envolveu a revisão bibliográfica, além da análise do Projeto Político Pedagógico da Escola, Atas das Associações, registros dos moradores.

CAPÍTULO I

EDUCAÇÃO DO CAMPO

1.1. Educação Rural

A educação rural surgiu para a população que de modo geral vive da agricultura, ou seja, aqueles que residem e trabalham no meio rural, onde seu meio de sustento é predominantemente agrícola. Para esses sujeitos são oferecidos um ensino com a mesma metodologia das escolas urbanas que não valoriza as especificidades da vivência do meio rural.

As escolas do meio rural não têm cumprido com suas funções de alfabetizar e possibilitar um ensino de qualidade para a população do campo. Destinada a oferecer conhecimentos elementares de leitura, escrita, operações matemáticas simples, mesmo a escola rural multisseriada (RIBEIRO, 2012).

O ensino sem se importar com a sua cultura e seu modo de vida assim distanciando os jovens cada vez mais da zona rural, pois, o ensino que a escola proporciona não tem vínculo com o trabalho rural, com seu modo de vida desconsiderando os saberes decorrentes das atividades dos agricultores.

A partir do momento em que esses estudantes do campo não encontram na escola um vínculo com sua vida cotidiana, para permanecer nela, os mesmos se sentem desvalorizados, portanto, não veem o campo como um lugar bom para se viver conseqüentemente se mudam para a cidade, que certamente em sua maioria vão para as periferias e se deparam com dificuldade como falta de emprego, pois não estão preparados para o mercado de trabalho que a cidade oferece. “A permanência das crianças na escola depende do que esta pode oferecer em relação às atividades práticas relativas ao trabalho material como base da aprendizagem, ou seja, da produção de conhecimentos”. (RIBEIRO, 2012. p, 296).

Nesse sentido a educação tem que estar ligada com a vida dos estudantes, tanto no conhecimento de novas práticas de ensino, e ligada com a produção no qual ele exerce no meio rural, quanto o conteúdo que a escola trabalha essa ligação dos estudantes, o interesse de permanecer estudando aumenta, e seu aprendizado melhora.

Para isso acontecer é fundamental que os professores tenham uma formação voltada para o contexto do campo e a compreensão de onde irão atuar, correspondendo às necessidades e as dificuldades que irão encontrar no meio rural, podendo assim estabelecer relações com a comunidade.

1.2. Direito à Educação

O direito a educação é necessária para a realização da dignidade humana em todos os aspectos. Quando algo é um direito, deve ser garantido a todos, seja qual classe social ela pertence. Mas, nem sempre é assim, há diversas lutas de movimentos sociais para a garantia do direito à educação.

Pelo menos desde 1948, no artigo 26 da Declaração universal dos direitos humanos, a ordem jurídica internacional reconhece o direito de todas as pessoas à educação. Ao reconhecê-lo como direito humano, eleger sua realização universal como objetivo prioritário de toda a organização social (Haddad, 2012).

O processo educativo se dá desde o nascimento até o fim da vida, esse processo de aprendizagem como formação humana ocorre na família, na igreja, na escola, na comunidade e em outros campos sociais, pois, os sistemas escolares são a formalização e a institucionalização da capacidade intelectual das pessoas.

A educação, em todas as formas e em todos os níveis, deve ter quatro características: disponibilidade, acessibilidade material e acessibilidade econômica, aceitabilidade e adaptabilidade (Haddad, 2012).

Nesse sentido, a educação é um direito fundamental tendo suas características gerais a universalidade e a não discriminação em todas as formas e em todos os níveis, com suas características indispensáveis.

A educação do campo é a que mais sofre a falta de ausência de políticas específicas para o campo, pois, não atingiu nem uma das quatro características entre todas as formas e nível, que são:

Disponibilidade: a educação deve ser gratuita e tem que estar à disposição de todas as pessoas.

Aceitabilidade: a educação tem que garantir qualidade em relação aos programas de estudos, aos métodos pedagógicos e na qualificação dos professores.

Acessibilidade: a educação pública deve estar disponível e acessível, sem qualquer tipo de discriminação seja ela de classe, cor, gênero ou raça.

Adaptabilidade: requer que a escola se adapte a seus estudantes e que a educação corresponda à realidade das pessoas, valorizando a cultura, costumes, religião e diferenças.

O acesso ao ensino fundamental é considerado universalizado para a faixa dos 6 aos 14 anos, embora ainda existam cerca de 740 mil crianças e adolescentes não atendidos e um enorme contingente de pessoas com mais de 14 anos que não conseguiu completar esse nível de ensino (Haddad, 2012).

Segundo Haddad (2012). Os dados do relatório nas desigualdades na escolarização no Brasil mostram que um dos principais grupos populacionais não favorecidos pelo direito à educação está no campo.

Se comparando ao meio urbano na quantidade e na qualidade estamos muito longe de cumprir com o direito à educação tornando isso um grande desafio para ser cumprindo na escola do campo.

1.3. A Escola do Trabalho

Qual deve ser o papel da escola do trabalho nos tempos atuais? Essa questão é colocada sobre a escola de hoje, como se dá este trabalho na vida escolar, pois, a escola não pode ser algo absoluto de formação, por que a formação acontece no meio em que vivemos, com a convivência em nossas comunidades, sabendo dar valor em nossas origens, tendo assim, um processo de formação continuada.

Hoje a escola tem uma determinada função, na qual sempre vai ser exigida pelo regime político vigente e por isso, ela se afasta da vida. Assim, não pode ficar viva, pois uma das tarefas básica da escola é o estudo da atualidade, para que

possa formar ideias e identificar-se com ela e associando conteúdos do trabalho educativo com a visão da atualidade.

Não se deve apenas estudar a atualidade. Isto, o leitor pode dizer quase qualquer escola faz. A escola deve formar nas ideias da atualidade: a atualidade deve, como um rio amplo, desembocar na escola, desembocar de forma organizada. A escola deve penetrar na atualidade e identificar-se com ela (Moisey M. Pistrak pg.118).

Mas não é uma tarefa fácil de romper, aquela desconfiança na qual sempre aparecer, será que as crianças e os jovens vão conseguir aprender? Quais vão ser os métodos usados para o estudo e o material educativo nas questões da formação? São muitas as perguntas, qual vai ser o objetivo da escola em estudar a atualidade, vai ser só para conhecer ou dominá-la. Neste caso é preciso mostrar que fenômenos na sua atualidade é parte do processo histórico único de desenvolvimento, isto implica em esclarecer a ausência dialética que nos cerca.

Segundo Pistrak. O objetivo da escola não é apenas conhecer a atualidade mas domina-la. Estudo da atualidade é ir pelo caminho da unificação do ensino na concentração ao redor de eixos básicos para receberem a devida importância nas questões metodológicas, e assim da essência da tarefa do estudo no conhecimento da realidade e da atualidade nas diversas ligações mútuas.

Neste sentido é preciso que a metodologia de ensino seja clara para tomar consciência do porque da busca dos objetivos do ensino unificado, porque ele é necessário do ponto de vista da atualidade, do ponto de vista da revolução social e na formação de lutadores e construtores do regime futuro, dando-nos direção, na qual a posição da educação não se torne trivial e inseparável da formação.

Assim o pensamento pedagógico tenha clara a comunhão de objetivo social, nesse ponto de vista que apresenta o completamente nítido, pois, cada estudante dever ter claramente os seus objetivos de se tornar um lutador e construtor e saber o que ele deve construir e assim atuar para mudar a sociedade compreendendo claramente o que precisa construir e quais os caminhos para que realizar está construção.

1.4. Educação do Campo

A Educação do Campo está sendo protagonizada pelos trabalhadores do campo e suas organizações, e esse é um fenômeno da realidade brasileira atual. Seus objetivos e seus sujeitos remetem às questões do conhecimento, do trabalho, da cultura e das lutas sociais dos camponeses que vão para o enfrentamento entre projetos de campo e modelos de agricultura que implicam no projeto de país, de sociedade e nas concepções de política pública de educação e de formação humana.

O termo Educação do Campo surgiu na primeira Conferência Nacional por Educação Básica, debatido nos encontros estaduais que antecederam o evento nacional, estão os argumentos do batismo do que representaria um contraponto de forma e conteúdo ao que no Brasil se denomina Educação Rural.

A principal luta na Educação do Campo tem sido pelas políticas públicas na garantia do direito da população do campo à educação, mais já na primeira Conferência de Educação do Campo, realizada em Luziânia Goiás, de 27 a 30 de julho de 1998, se percebe uma carência de política pública para a educação no campo, percepção esta que é debatida na segunda Conferência de Educação do Campo também em Luziânia, Goiás, no ano de 2004, já com vários movimentos, sujeitos do campo que criam nova concepção de educação do campo, entre elas de que a educação do Campo constitui-se como luta social pelo acesso dos trabalhadores/as do campo à educação, mas não a qualquer educação, uma educação feita por eles mesmos.

A partir dessa conferência, o tema política pública adquire uma maior centralidade nas discussões da Educação do Campo e percebe-se que não é possível debater políticas públicas sem utilizar outros quatros conceitos fundamentais: direito, Estado, movimentos sociais e democracia.

A principal característica de direito é que ele é universal, válido para todos os indivíduos e em qualquer classe social, sendo assim, a educação que é um direito assegurado na Constituição federal, deve ser garantida pelo Estado.

...“Como conceito em construção, a Educação do Campo, sem se descolar do movimento específico da realidade que a produziu, já pode configurar-se como uma categoria de análise da situação ou de práticas e

políticas de educação dos trabalhadores do campo, mesmo as que se desenvolvem em outros lugares e com outras denominações” (CALDART, 2012. pg. 261).

A luta pela educação do campo começa a ser discutida pelos movimentos sociais, sindical e dos povos camponeses. O marco da educação do campo se dá quando os movimentos sociais começam a discutir sobre a educação nas áreas de reforma agrária e em outras comunidades camponesas que se soma na luta por uma educação pensada de uma forma contextualizada com a realidade e especificidades dos povos do campo.

Os movimentos sociais referem-se à ação coletiva de um grupo organizado que objetiva alcançar mudanças sociais por meio do embate político, conforme seus valores e ideologias dentro de uma determinada sociedade e de um contexto específico, permeado por tensões sociais.

A Educação do Campo constitui-se como luta social pelo acesso dos trabalhadores/as do campo à educação, mas não a qualquer educação. A proposição geral é uma política de formação específica para educadores do campo, compreendendo a Educação Básica em todos os seus campos. Vinculando a luta pela educação com luta pela terra, pelo direito ao trabalho, à cultura, à soberania alimentar, ao território, ou seja, a luta pela reforma agrária.

A educação do campo surge através da luta pelo direito a educação sendo voltada para os camponeses, respeitando sua origem e valorizando sua cultura e assumindo o verdadeiro dever da educação. Uma de suas propostas é a contribuição para o desenvolvimento profissional e acadêmico, possibilitando a emancipação dos povos do campo e abrindo um leque a várias interpretações cognitivas.

Segundo Molina (2012), o maior contraponto que a história da Educação do Campo traz para o debate das políticas públicas refere-se aos sujeitos que a protagonizam. Embora os camponeses já tivessem por diversas vezes sido protagonistas na cena pública nacional, ainda não o haviam sido para exigir seus direitos no âmbito da educação.

E ao fazê-lo, em razão da histórica experiência acumulada nas lutas sociais, trazem para o debate e para a construção das políticas públicas a marca de coletivos organizados que têm objetivos comuns e a consciência de um projeto

coletivo de mudança social, de coletivos privados de seus direitos e que exigem do Estado ações no sentido de garanti-los.

O Estado não pode negar o princípio (republicano) da universalização do direito à educação, mas, na prática, não consegue operar a sua realização sem que se disputem, por exemplo, os fundos públicos canalizados para a reprodução do capital, o que, no caso do campo, significa, hoje especialmente, fundo para o avanço do agronegócio, inclusive em suas práticas de Educação corporativa. (CALDART, 2012 p. 262).

Os movimentos sociais vêm pressionando o Estado para que de fato possa ser garantida a educação e que não fique só no discurso, para conquistar os programas existentes fez avançar a compreensão dos trabalhadores rurais sobre a importância do acesso ao conhecimento e de que são eles os titulares do direito a educação, para que esta educação respeite sua especificidade.

O fruto dessa luta se conquistou a licenciatura em educação do campo, que foi pensada para que articulasse a formação de professores para a atuação nas escolas do campo para fazerem a relação entre educação e processo de desenvolvimento comunitário.

Por tanto o direito a educação confronta a lógica da produção do capital, onde o campo tem que produzir apenas mão de obra barata para trabalhar com o agronegócio e vivendo como escravo nas grandes fazendas. E assim possibilita a educação rural com demandas de mão de obra, para a expansão do agronegócio, e expulsando os agricultores de suas terras e de seus territórios, legitimando o êxodo rural.

CAPÍTULO II

LUTA PELA TERRA

A luta pela terra começou pelas ações dos camponeses, que entraram na terra e resistiu contra a expropriação, esta foi um marco em todos os períodos na história na luta pela terra no Brasil. A luta nunca cessou, em nenhum momento de nossa história, desde as capitanias hereditárias até os latifúndios modernos, até os dias atuais com os movimentos sociais lutando até hoje.

Segundo Mançano, o modelo insustentável sempre se impôs por meio do poder e da violência agora, ou fazemos a reforma agrária ou continuaremos sendo devorados pela questão agrária. Esses processos sempre se desenvolveram simultaneamente construindo um dos maiores problemas políticos do Brasil.

Neste sentido a disputa pela terra geram confrontos entre classe dominada e classe dominante, com a expulsão dos camponeses da terra.

Todavia, a luta pela terra é uma política que nasceu com o latifúndio. Portanto, é fundamental distinguir a luta pela terra da luta pela reforma agrária. Primeiro, porque a luta pela terra sempre aconteceu, com ou sem projetos de reforma agrária. Segundo, porque a luta pela terra é feita pelos trabalhadores e na luta pela reforma agrária participam diferentes instituições (MANÇANO, sd. Pg.01).

Essa política não existiria sem as ocupações, de alguns anos atrás até a atualidade a intensificação da luta pela terra por meio das ocupações, realizadas pelos os movimentos sociais, com grande número de assentamentos que é resultado da territorialização.

Para Mançano (sd) O Conhecimento explica que o fato dos trabalhadores não ter conquistado a terra até os dias de hoje, é político, é a forma estratégica que o capital se apropriou. Pois, o avanço do capitalismo no campo, aumentar a miséria, acumulação e a concentração da terra, esse processo transformou o meio rural.

2.1. Acampamento

Acampar é uma forma de luta camponesa que, associada à ocupação, manifesta tanto resistência quanto persistência. Em 1962, os sem-terra começaram a organização de acampamentos no Rio Grande do Sul, por meio do MASTER (Movimento dos Agricultores Sem Terra).

Acampar é um espaço onde reúne pessoas de várias regiões do país para, reivindicar o direito à moradia e o acesso a terra onde possa cultivar a terra produzindo alimentos para o sustento. Esse espaço é também uma forma de manifestação social pressionando o Estado para a realização da reforma agrária, e uma das formas em que as famílias têm para ser visto é fazendo ocupação à terra diversas vezes como forma de pressão para abrir a negociação, fazendo marchas pelas rodovias, ocupam prédios públicos em sua maioria das vezes o INCRA (Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária).

O acampamento é também uma iniciação para ocupação das terras improdutivas que não cumpre sua função social, tendo um trabalho inicial de mobilização, uma organização feita pelo trabalho de base, quando as famílias estão organizadas em movimento, para um longo e difícil percurso sob condições de enfrentar em barracas de lonas pretas, nas beiras de estradas sem nenhuma infraestrutura, mudando totalmente o modo de vida das pessoas para conquistar o direito a terra.

Segundo Fernandes (2012) “Estar no acampamento é resultado de decisões difíceis tomadas com base nos desejos e interesses de quem quer transformar a realidade. Todavia, decidir pelo acampamento é optar pela luta e resistência”.

Conforme vão conquistando seu pedaço de terra, vão se fortalecendo nisso ocorrem mais mobilização e organização de novas famílias, que se integram ao acampamento em busca do sonho dentro de um barraco de lona preta na conquista de sua terra.

Organização

Os acampamentos são visto como um amontoado de barracos e pessoas desorganizadas sem ter o que fazer, mas quando passamos a conhecer um percebemos que ali há uma grande organização tendo vários espaços de formação.

Ao organizar um acampamento, as famílias denominadas “sem-terra” criam diversos setores, que contribuem para a organização do mesmo, nesses setores

participam famílias inteiras ou parte delas, criando condições básicas para necessidades dos acampados como setor de saúde, educação, segurança, entre outros.

Nos acampamentos, existem escolas improvisadas em barracos de lona preta nos quais funcionam salas de aula, principalmente as séries iniciais do ensino fundamental, e cursos de alfabetização de jovens e adultos. Dependendo de onde esta localizada o acampamento, as crianças são matriculadas nas escolas próximas, mas, vale a pena ressaltar que nem sempre essas crianças conseguem terminar o ano letivo, pois, a desocupação do local onde estão acampadas é uma incerteza.

2.2. Assentamento Rural

A expressão "assentamento" é utilizada para identificar não apenas uma área de terra no âmbito dos processos de Reforma Agrária, destinada à produção agropecuária e ou extrativista. É também um espaço heterogêneo de grupos sociais constituídos por famílias camponesas, que ganha vida depois de desapropriado ou adquirido pelos governos federal e ou estaduais, com o fim de cumprir as disposições constitucionais e legais relativas à Reforma Agrária (MST, 2009).

A luta pela terra no Brasil se torna um importante passo para a implantação de assentamentos rurais. Os assentamentos rurais brasileiros são conquistados através de intensas lutas, fazendo assim a tão sonhada reforma agrária promovida pelos trabalhadores rurais.

Portanto, os assentamentos ganham projeções no cenário agrário brasileiro no período que vai da década de 1980 até os dias atuais, (LEITE, 2012). Essa projeção acontece com os movimentos e as organizações, para garantir o apoio ao longo de muitas lutas na constituição de projetos de reforma agrária, com a participação dos trabalhadores/as nesse longo e sofrido processo que é a ocupação de terra. “Assim, em diferentes situações, número expressivo de trabalhadores que participaram de processos de ocupação de terra deixou de ser acampados para se tornarem, num momento seguinte, assentados”. (LEITE, 2012 pg. 110)

Nesse sentido, o assentamento rural é uma conquista dos trabalhadores/as e seus movimentos sociais, da luta dos acampados pelo direito a terra. Contudo, as

varias e diferentes lutas são de fato, responsáveis pelas implantações de projetos de assentamentos, com novas unidades de trabalho, moradia, lazer, saúde e outras. Assim podendo cumprir a questão agrária, para que minimamente possa reduzir a concentração fundiária de terra no Brasil.

Portanto para o MST (2009), devem-se compreender os assentamentos como expressão de um impasse da luta social. Por um lado, os assentamentos unem o homem à terra e nela desenvolvendo o trabalho com sua família.

2.3. A Luta pela Terra no Município de Formosa

Os primeiros históricos de Formosa remontam da terceira década do século XVIII, quando Goiás ainda pertencia à Capitania de São Paulo, conforme inscrições encontradas nas grutas da Fazenda Araras, que falam da chegada dos primeiros colonizadores.

Nas proximidades da Lagoa Feia, os boiadeiros e garimpeiros que faziam o trajeto entre a Bahia e Minas Gerais, rumo às minas dos Guaiazes, escolheram o local de suas paradas para descanso. Ali levantaram as primeiras choupanas cobertas e cercadas com couro de boi, dando origem ao primeiro nome da localidade: Arraial dos Couros.

Nessa época, para evitar prejuízos na extração do ouro e no comércio aos bovinos, foram instalados dois registros para cobrança de tributos, um na parte setentrional da Lagoa Feia e outro a 90 quilômetros do Arraial, local conhecido como: Arrependido. Assim, ficou estabelecida a comunicação de sertão com os canais da Bahia e Minas Gerais, registrando-se, ainda, a passagem pela região dos bandeirantes Urbano do Couto e Antônio Bueno de Azevedo.

A salubridade do clima e a oportunidade de bons negócios atraíram garimpeiros e fazendeiros de outras regiões, que passaram a se dedicar à formação de fazendas e ao comércio de couros. Em 1823, o arraial foi elevado a julgado e já se firmava com centro comercial.

Em 1838, foi elevado à categoria de freguesia e, posteriormente, em 1843, diante das suas belezas naturais e buscando homenagear a imperatriz D. Teresa Cristina, foi elevada à categoria de vila, recebendo o nome de Vila Formosa da Imperatriz. Em 1877, passou à categoria de cidade, com o nome de Formosa. O dia 1º de agosto de 1843 ficou sendo data oficial do município.

2.4. A Conquista da Terra no Assentamento Vale da Esperança

Companheiros e companheiras
Se preparem para ouvir
Nossa historia dos sem terras
Não e coisa de chorar
Mas também não é da rir.

Em julho de noventa e seis
O dia eu não tenho lembrança
Se juntaram as famílias
Homens, mulheres e crianças
Partindo para uma fazenda
Nome vale da esperança...

(MORAIS, 2000)

O Assentamento Vale da Esperança está localizada no nordeste do estado de Goiás no município de Formosa-GO a 75 km, zona rural. Em 15 julho do ano de 1996, com a chegada de aproximadamente 400 famílias trazidas por caminhões de Cabeceiras – GO e instaladas nas margens do Ribeirão Matogrosso entrada do atual assentamento. Homens, mulheres, crianças e idosos oriundos do distrito federal e entorno organizados pelo MST (Movimento dos Trabalhadores Rurais).

(...) Entramos nesta fazenda
Deus na frente e nós atrás
O temor nos dominava
Fez muitos voltar atrás
Temendo os poderosos
Porque sabe o que eles faz.

Fizemos nossas barracas
Ninguém fazia fofoca
A conversa era uma só
Nós só andava em maloca
Alem de tanta agonia
De noite nós não dormia
Com mosquito e muriçoca

(MORAIS, 2000)

Após a ocupação houve um interesse de cooperação entre o Movimento dos trabalhadores rurais sem terra - MST e Sindicato dos Trabalhadores Rurais - STR. Se juntando um grupo de famílias que estavam acampadas na GO-116, Projeto

Paraná I, que também estavam com intuito de ocupar a fazenda, que na época já havia decreto de desapropriação emitido anos anteriores.

Uma das primeiras conquistas após muita luta e resistência no frio do mês de julho durante a noite e um sol escaldante dos plásticos pretos das barracas, veio a notícia que a fazenda tinha sido desapropriada (PAIVA, 2001. pg.25).

(...)Por isso estamos lutando
Sofrendo assim desse jeito
Debaixo de uma barraca
Do calor sendo sujeito
Nós todos estamos em guerra
Por um pedaço de terra
Porque nós temos direito...
(MORAIS, 2000)

Durante o acampamento foi realizada a divisão de grupos, setores e comissões com tarefas e atribuições dentro do acampamento. Com isso, havia um grupo responsável pela segurança, pelas negociações, pela educação, pela saúde e outros.

De acordo com Leite (2012) “hoje no Brasil grande número de movimentos organizados que lutam pelo acesso à terra e aos recursos naturais e constroem a realidade pós-assentamento das formas mais diferenciadas possíveis. Essas diferentes lutas são, de fato, responsáveis pela implantação dos projetos de assentamento”.

Após a constituição do assentamento essa mesma organização permaneceu, mas a falta de união e os constantes desentendimentos dissolveram as equipes. Nesse sentido, fica evidente a perda da organização para todos os moradores do assentamento. O problema da convivência é enfrentado pelos assentados. Por outro lado, observa-se forte espírito coletivo entre os membros do assentamento.

Ainda no período de acampamento os moradores se dividiram em duas organizações, sendo elas a Associação dos Produtores Rurais do Assentamento Vale da Esperança (APRAVALE) formada por membros do STR e a Associação dos Produtores Rurais Vale da Conquista (APRAVAC) formada por membros do MST.

O acampamento persistiu por um período de dois anos e meio, mesmo com epidemias de doenças, os cooptadores, as divisões internas entre MST e STR. Até que 19/ 01/1998 o INCRA (Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária) solicitou uma votação das chácaras que os associados das duas associações teriam

direito. Então, assim ficou decidido que seriam 63%, no total de 112 das chácaras para o APRAVAC e 37%, no total de 66 chácaras para a APRAVALE nas terras da fazenda ocupada. Conforme anexo, ata de aprovação da proporcionalidade das chácaras do assentamento. Hoje atualmente dividida em 178 parcelas na média de 20 hectares cada parcela.

A luta para a conquista da terra é árdua, mas o processo de territorialização não se encerra até que se crie a infraestrutura necessária e se organize social e produtivamente. Nesse sentido após a divisão as famílias com muito entusiasmo na perspectiva de produção e criação imediatamente foram para suas respectivas parcelas, mas passaram por varias dificuldades uma delas foi a falta de crédito e a falta de infraestrutura. Somente depois de alguns meses os moradores receberam os primeiros incentivos para o plantio e créditos destinados à moradia.

Atualmente os assentados têm casas de alvenaria com 48m², com instalação elétrica, tem uma rede de abastecimento de água captada de nascentes.

No assentamento se encontra instalado uma torre de telefonia, que melhorou a comunicação dentro do mesmo, possui também uma sala de saúde, mas, não promove atendimento para os moradores.

Existem duas associações que são as mesmas de quando começou o assentamento, mas com uma pequena participação dos assentados, pois, em sua maioria estão preocupados com questões que possam as suas individualidades. Possui também uma Cooperativa, denominada COOPerval (Cooperativa Mista Vale da Esperança).

CAPÍTULO III

CONSTRUINDO A ESCOLA DO CAMPO NO ASSENTAMENTO VALE DA ESPERANÇA.

No ano de 1996 no mesmo período em que a fazenda foi ocupada, percebe-se que a luta não pararia por ali, e que muitos desafios seriam encontrados, e o próximo seria a educação. Através de reuniões foi criada uma comissão para se discutir a educação no acampamento, essa comissão era formada por professores, pais e mães acampados. A mesma se dirigiu até a prefeitura municipal de Formosa-GO, para reivindicar sobre o direito a educação.

Em outubro do mesmo ano com muita negociação, abre uma turma de multisseriado de 1ª a 4ª série para atender as crianças do acampamento tendo em vista que o problema não havia solucionado mais sim adiado por alguns meses.

A escola funcionava em uma fazenda Água Doce, localizada nas proximidades do acampamento em uma distância de 7 km, essa escola era uma antiga casa que possuía apenas duas salas de aula e uma cantina, tendo em vista que as crianças faziam esse longo percurso a pé.

No mesmo ano a comissão de educação continuava com as negociações na prefeitura, então se iniciou uma longa e penosa jornada com reuniões, audiências, mobilizações em órgãos públicos, para a implantação das séries iniciais do Ensino Fundamental e posteriormente as séries finais.

Dessa vez para que a escola atendesse dentro do acampamento, com salas anexa ou definitiva. Pois havia muitos jovens e crianças estudando de 5ª à 8ª série do Ensino Fundamental nas casas de familiares na cidade.



Figura 1. Fonte: moradora do assentamento, ano: 1997.



Figura 2. Fonte: moradora do assentamento, ano: 1997.

Percebe-se então que a escola não está em um espaço isolado da comunidade, mas onde a comunidade interage direta ou indiretamente com os educadores por intermédio dos educandos.

Em janeiro de 1999, depois de uma longa batalha para conquista da escola, a secretaria de educação propõe para que os assentados disponibilizasse o local para a instalação da escola. Em março do mesmo ano não havendo este local, foi organizado um grande mutirão para construção das salas improvisadas, então se inicia a construção de um Galpão improvisado feito de madeira denominado de “barracão” pelos moradores preocupados com a educação no assentamento.



Figura 3: construção do barracão, fonte: morador do assentamento, ano: março 1999.

Nesse sentido, ao longo da história da educação, a escola é local destinado à disseminação a cultura e o conhecimento, permitindo assim que a comunidade participe de todo o seus processos educativos. Mais infelizmente isso não acontece na prática, apenas em alguns casos isolados.

A construção do mesmo contou com recursos dos assentados em forma de doações como: madeira, dinheiro para comprar telhas, cimento, areia, a mão de obra etc. para funcionar as salas anexas – Colégio Estadual Distrito de Santa Rosa.



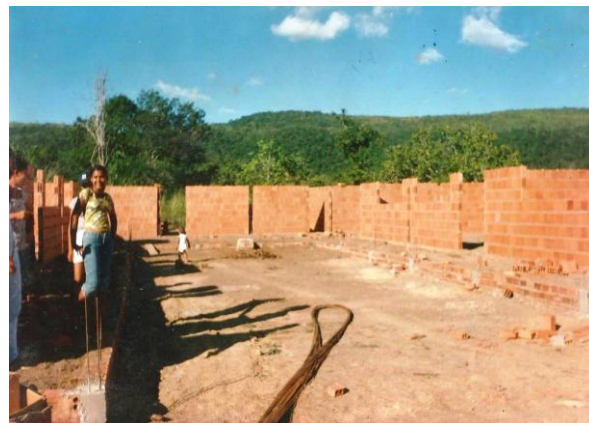
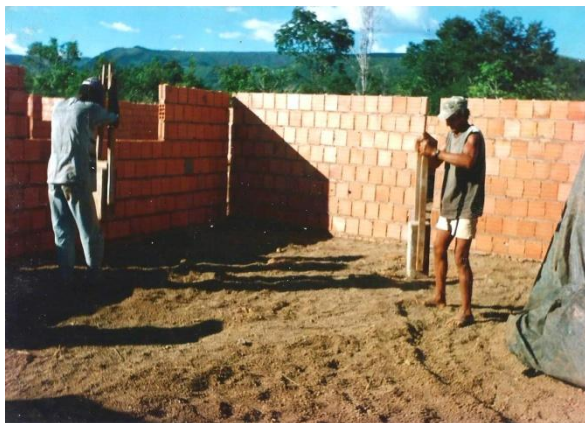
Figura 4: barracão pronto, fonte: morador do assentamento.

No mês de abril 1999, iniciam-se as aulas da segunda fase do ensino fundamental sendo salas anexa ao Colégio Estadual Distrito de Santa Rosa, para atender o público de 5ª a 8ª série, pois, o primeiro ciclo a prefeitura de Formosa, atendia pela Escola Municipal Fazenda Água Doce, já então localizada dentro do Assentamento Vale da Esperança.

Em meados de Setembro de 1999, pais e educandos mobilizaram para buscar algumas estruturas para o assentamento, entre elas estavam à construção da Escola 15 de Julho, pois a antiga estrutura da escola (barracão e casa branca) não suportava a quantidade de estudantes. Uma das ações dos assentados foram acampar em frente à Prefeitura Municipal de Formosa, onde os educadores ministraram aulas em baixo de uma árvore na praça, Rui Barbosa em frente o prédio da mesma.

A escola é um dos espaços sociais capazes de instigar os educandos a participar das estruturas políticas na sociedade e assim, contribuindo para transformar crianças e jovens e adultos capazes de reivindicar seus direitos.

No dia 22 de julho de 2000, foi inaugurada a escola de ensino fundamental 15 de julho, as famílias se organizaram para fazer uma grande festa, pois, foi uma conquista para os moradores do assentamento.



Início da construção do prédio da escola. fonte: educadora, 2000.



Inauguração da escola 15 de julho. Fonte: moradora do assentamento, ano: 2000.

Em 31/10/2003 a Subsecretaria Estadual de Educação de Formosa-Go criou o Colégio Estadual Vale da Esperança, deixando assim de serem salas anexa ao Colégio Estadual Distrito de Santa Rosa, atendendo uma das reivindicações dos estudantes assentados.

As educadoras contratadas pelo poder público, moravam dentro do assentamento, e contribuiu ativamente na luta pela educação, à proposta de educação era voltada para a realidade dos educandos, inspirada pelo grande mestre

Paulo Freire. Metodologias de ensino utilizadas pelas educadoras fez com que os estudantes melhorassem a vida onde se sentissem protagonista de sua própria história.

Profundas transformações aconteceram e ao poucos toda esta sofrida conquista parece em vão, pois, uma força opressora aos poucos tenta dominar a escola.

Nesse sentido ao final de 2003, chega uma nova direção designada da subsecretaria estadual de educação, com finalidade de interromper todo um processo de formação que existia na escola. Com isso teve vários problemas, a saída das educadoras que lutaram tanto e contribuíram pela construção de uma educação voltada para vida do campo, Falta de aulas pela ausência de professores que em sua maioria moravam na cidade, que não conhecia a realidade e a luta pela educação no assentamento.

Outro fator foi mudar a filosofia da escola, tornando assim, uma escola totalmente desligada da vida onde os estudantes estavam inseridos e assim distanciando os estudantes no processo educativo, criando uma cultura repressora por parte da nova direção que permaneceu durante um longo período.

Dois anos atrás, a escola começa a ter uma nova história. Com o retorno da educadora que fez parte da conquista da educação e estudantes da Licenciatura em Educação do campo, tendo como desafio a construção de uma nova filosofia educacional voltada para a Educação do campo.

Hoje o colégio atende as séries finais do Ensino Fundamental de nove anos e o Ensino Médio. No período vespertino a escola atende do 6º ao 9º ano do Ensino Fundamental e a primeira série do Ensino Médio. No período noturno são atendidas as séries de sexto e nono do Ensino Fundamental e da 2ª a 3ª série do Ensino Médio.

O publico que o colégio atende, são filhos de assentados do Assentamento Vale da Esperança, Assentamento Água Viva e Assentamento Florinda, Assentamento Água Fria e Assentamento Brejão além dos filhos de caseiros das Fazendas vizinhas.

O colégio conta com uma equipe de professores, administrativos, coordenação pedagógica e direção todos eles moradores dos assentamentos, em sua maioria, são contratos temporários.

ORGANOGRAMA:



No Colégio Estadual Vale de Esperança o diretor e o coordenado, são egressos da LEdoC (Licenciatura em Educação do Campo), fazendo parte também da equipe, vários estudante da LEdoC, contribuindo, nos projetos da escola como estagiários.

PROGRAMAS PARCEIRO DA ESCOLA.

PIBID	PROGRAMA INSTITUCIONAL DE BOLSA DE INICIAÇÃO À DOCÊNCIA	Estudantes da FUP (Faculdade UnB de Planaltina). Os estudantes da LEdoC (Licenciatura em Educação do Campo), participam de projetos na escola contribuindo no ensino aprendizagem dos estudantes.
SNJ	SECRETARIA NACIONAL DA JUVENTUDE	Jovens que estudam na escola e participam do curso de formação agroecologica e cidadã. Esse curso tem como objetivo contribuir com a transformação das condições de vida para os jovens que vive no campo, gerando subsídios para a consolidação de políticas públicas de promoção do Desenvolvimento Rural.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Durante todo o processo de luta pela educação no Assentamento Vale da Esperança, a educação sempre foi ligada à vida e o trabalho como princípio educativo no período de formação cognitiva dos estudantes. Nesse contexto histórico, os estudantes tinham participação ativa nos movimentos sociais, escola e comunidade.

Segundo Caldart (2012), a Educação do Campo “combina luta pela educação com luta pela terra, pela Reforma Agrária, pelo direito ao trabalho, à soberania alimentar, ao território”. Portanto, esse era sem dúvida o papel da escola durante algum tempo. Mas tudo que é organizado incomoda, principalmente o Estado que sempre fez papel de opressor. Ainda mais por uma organização de um grupo de trabalhadores rurais sem terra.

A escola rural procura formar grupos sociais semelhantes ao que vivem nas cidades, distanciando-se de valores culturais próprios do campo (Ribeiro, 2012).

Nesse sentido a Subsecretaria de Educação do Município de Formosa-GO, passou a monitorar a escola mais de perto. Então começa a interferir bruscamente na organização que a comunidade e o movimento social tinham construído na educação do assentamento. A primeira ação para desestabilizar a organização foi a demissão de alguns professores que contribuíram na luta pela educação.

No meu entendimento essa manobra que o Estado articulou, para que mudasse o quadro de funcionários, foi para que se “mantivesse a ordem”, ou seja, tinham servidores em que eles pudessem confiar. Houve uma tentativa de impedimento da saída das mesmas, os estudantes no qual lutavam por uma educação protagonizada por eles mesmo se mobilizaram para tentar impedir a saída das professoras mas foram contidos, pois a organização estava fragilizada com brigas internas, porém, ficou mais fácil para o Estado desorganizar toda uma conquista do Colégio Estadual Vale da Esperança.

Portanto com a realização deste trabalho, percebo inúmeros desafios que houve durante a luta e conquista pela educação no Assentamento Vale da Esperança. Entre esses desafios que a escola e a comunidade passam, são decorrentes de alguns fatores, que são: os fatores políticos, os fatores pedagógicos, fatores emocionais das famílias e os fatores sociais.

Um dos desafios é a forma de vida que os assentados levam nas relações cotidianas que são influenciadas pelo individualismo da sociedade capitalista. Com isso não há estímulo à participação coletiva das famílias na escola. Portanto é preciso superar esse individualismo resgatando os valores da coletividade dentro do assentamento para o âmbito escolar.

Outro desafio é organizar grupos de estudo para discutir métodos sobre educação do campo, para que o assentamento e a escola tenham conhecimento de nossos direito em relação à Educação do Campo, para a garantia da formação, vinculada a concepção do campo e de luta por políticas públicas, que garantam o acesso à educação nas escolas do campo.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

CALDART, Roseli Salete. **EDUCAÇÃO DO CAMPO** In: Caldart, R.S. et al (orgs). Dicionário da Educação do Campo. São Paulo. Expressão Popular. 2012. Pg. 257-265.

FERNANDES, Bernardo Mançano. **ACAMPAMENTO** In: Caldart, R.S. et al (orgs). Dicionário da Educação do Campo. São Paulo. Expressão Popular. 2012. Pg. 21-25.

HADDAD, Sérgio. **DIREITO À EDUCAÇÃO** In: Caldart, R.S. et al (orgs). Dicionário da Educação do Campo. São Paulo. Expressão Popular. 2012. Pg. 215-222.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. <http://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/dtbs/goias/formosa.pdf>. **HISTÓRIA DE FORMOSA-GO**. Acesso em 10/ dezembro/2013.

LEITE, P. Sergio. **ASSENTAMENTO RURAL** In: Caldart, R.S. et al (orgs). Dicionário da Educação do Campo. São Paulo. Expressão Popular. 2012. Pg. 110-113.

MOLINA. Monica Castagna. **POLÍTICAS PÚBLICAS** In: Caldart, R.S. et al (orgs). Dicionário da Educação do Campo. São Paulo. Expressão Popular. 2012. Pg. 587-595.

MORAIS, José Ferreira de. **HISTORIA DOS SEM TERRA**. Art. Gráfica. 2000. 1-2 p (cordel)

MOVIMENTO DOS TRABALHADORES SEM TERRA. Disponível em: <http://www.mst.org.br/taxonomy/term/84>. Acesso em: 09 dez. 2013.

PAIVA, Maria Santana Onofre de. **ESCOLA DO CAMPO: UM CURRÍCULO EM MOVIMENTO**. 2001. Monografia (Licenciatura Plena em Pedagogia) UNIJUÍ- Universidade Regional do Nordeste do Estado do Rio Grande do Sul. 2001.

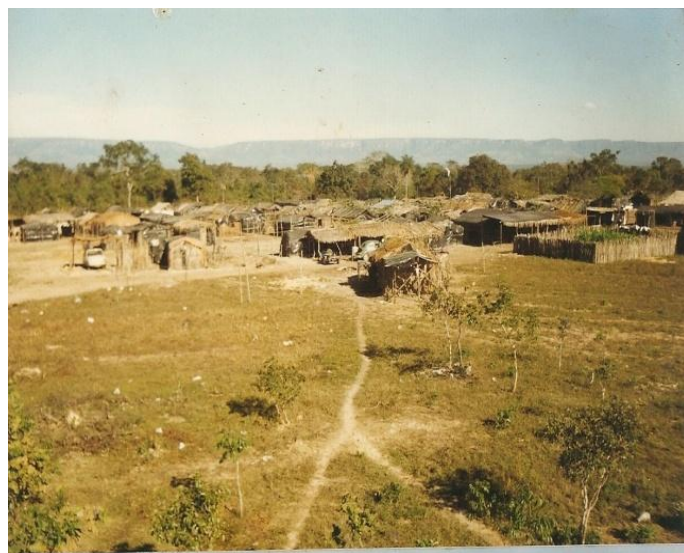
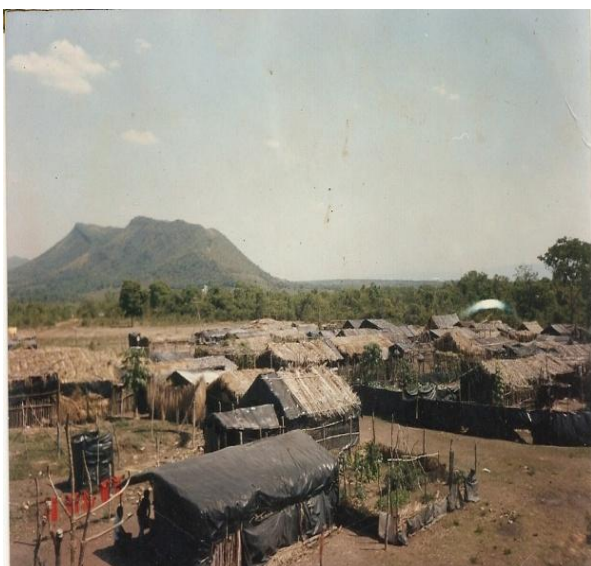
PISRAK, M. **FUNDAMENTOS DA ESCOLA DO TRABALHO**. S. Paulo: expressão popular, 2000. A escola do trabalho do período de transição.

REVISTA DE CULTURA VOZES. Disponível em:
<http://www.culturavozes.com.br/revistas/0293.html>. Acesso em: 10 dez. 2013.

RIBEIRO, Marlene. **Educação Rural** In: Caldart, R.S. et al (orgs). Dicionário da Educação do Campo. São Paulo. Expressão Popular. 2012. Pg. 295-300.

ANEXOS

FOTOS DO ACAMPAMENTO NA FAZENDA VALE DA ESPERANÇA



Ata de aprovação da proporcionalidade das chácaras do Assentamento Vale da Esperança.

Produtores Assentados no Projeto de Assentamento do Vale da Esperança, com os objetivos citados abaixo, para o processo de assentamento de todas as pré-assentadas do PA Vale da Esperança. Esta decisão foi tomada após uma reunião com os funcionários do INCRA, às 17:00 horas do dia 15.01.98 da quinta-feira. Conforme decisão tomada pelo INCRA, solicitaram votação da proporcionalidade das chácaras que os associados da APPRAVALE tinham direito, ficou decidido que seriam 62% das chácaras para o MST e 38% para a APPRAVALE. A proporção foi feita em cima de 89 famílias de um total geral de 88 famílias da APPRAVALE, provocada por antecipadas desistências da terra por 06 (seis) famílias. Posteriormente houve mais desistências, acompanhadas de uma rigorosa seleção por parte do INCRA de cadastrados que não tinham condições de receber a parcela, onde no final totalizou 71 (setenta e uma) famílias. A proporcionalidade de 38% para a APPRAVALE em cima das 89 famílias finalizou em 66 famílias que tinham direito às chácaras, conduzindo a uma votação ou voluntariamente em assembleia extraordinária por uma quantidade de 05 (cinco) excedentes. A Assembleia foi presidida pelo presidente do Conselho Fiscal - Sr. NADIR GOMES DE CASTRO, com a participação dos funcionários do INCRA, que foram convidados pelo presidente da Assembleia para dar um parecer claro sobre as decisões da proporcionalidade das famílias e a votação para a retirada das